

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta:	OE202602/0582
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal para Cargos de Direção
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Ministério das Finanças
Organismo	Entidade Orçamental
Regime:	Cargos não inseridos em carreiras
Cargo:	Direcção Intermédia de 2º grau
Área de Actuação:	Chefe de Unidade de Normalização Orçamental e Controlo, do Departamento de Análise e Prestação de Contas da Entidade Orçamental, previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Despacho n.º 6220/2025, de 3 de junho.
Remuneração:	3567,72
Suplemento Mensal:	356.77 EUR
Conteúdo Funcional:	As funções inerentes ao cargo são as previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Despacho n.º 6220/2025, de 3 de junho.
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação:	Licenciatura em Economia, Finanças, Gestão de Empresas, Contabilidade
Perfil:	Sólida e comprovada experiência, igual ou superior a 4 anos, nas áreas de preparação do Orçamento do Estado, monitorização e controlo da sua execução, com foco nos instrumentos de gestão orçamental, de normalização da contabilidade orçamental e de harmonização de procedimentos orçamentais, designadamente nas que decorrem das competências atribuídas à Unidade de Normalização Orçamental e Controlo, do Departamento de Análise e Prestação de Contas da Entidade Orçamental, previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Despacho n.º 6220/2025, de 3 de junho
Métodos de Selecção a Utilizar:	Capacidade de coordenação, chefia ou direcção, em particular aos níveis de: planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; análise, sentido crítico e espírito de iniciativa; orientação para resultados; responsabilidade e compromisso com o serviço. Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Entidade Orçamental ao nível da prestação de serviços transversais a outras entidades da área governativa do Ministério das Finanças.
Composição do Júri:	Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação actual. Presidente: Dr. Filipe Jorge Soares Lopes Alves, Subdiretor-Geral da Entidade Orçamental; 1.ª Vogal Efetiva: Professora Doutora Marina Alexandra Nunes Godinho, do ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa; 2.ª Vogal Efetiva: Dra. Bárbara Teixeira Alves, da Divisão de Gestão Financeira da Direcção de Serviços de Recursos Financeiros da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Entidade Orçamental	1	Rua da Alfândega, n.º 5 - 2.º andar	Lisboa	1149004 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provisamento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Despacho n.º 2028/2026 de 18/02/2026 publicado no D.R nº 34, 2ª Série. Publicado no Jornal "PÚBLICO"

Apresentação de Candidaturas

Local: Entidade Orçamental - Rua da Alfandega, n.º 5, 2.º Andar, Lisboa

Formalização da Candidatura: As candidaturas devem ser enviadas por correio eletrónico para recrutamento@eo.gov.pt ou enviadas através de correio registado com aviso de receção, para Entidade Orçamental, Rua da Alfandega, n.º 5 – 2.º - 1149-004 Lisboa.

1. A candidatura deve ser formalizada em requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Entidade Orçamental, em envelope com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetida pelo correio registado, para a Entidade Orçamental, Rua da Alfândega n.º 5 - 2.º andar, 1149-004 Lisboa, ou por correio eletrónico, para o endereço eletrónico recrutamento@eo.gov.pt, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na bolsa de emprego público, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Indicação da referência/código do concurso a que se candidata;
- b) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou nº de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
- c) Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
- d) Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.
- f) Experiência profissional (cuja descrição poderá ser remetida para o Curriculum Vitae);
- g) Declarar o seu consentimento prévio para o envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente procedimento concursal para o endereço eletrónico que ali indicar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo;

h) Declarar o consentimento expresso do tratamento dos seus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, nos seguintes termos: "Eu, (nome completo), declaro para os efeitos previstos no artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril, prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, com a estrita finalidade de recolha e integração na base de dados deste procedimento e durante o período de tempo em que durar o mesmo.

2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
- b) Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
- c) Cópias legíveis dos comprovativos das ações de formação frequentadas, relevantes para o desempenho de funções no posto de trabalho a ocupar, obtidas desde 2021, com indicação da entidade que as promoveu, período em que decorreram e respetiva duração.
- d) Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções pública.

Não serão aceites candidaturas expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

Contacto: 218846300

Data de Publicação 2026-02-20

Data Limite: 2026-03-06

Observações Gerais: Nível Orgânico: Ministério das Finanças
Organismo: Entidade Orçamental
Regime: Cargos não inseridos em carreiras
Cargo: Direção Intermédia de 2.º grau
Área de Atuação: Chefe de Unidade de Normalização Orçamental e Controlo, do Departamento de Análise e Prestação de Contas da Entidade Orçamental, previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Despacho n.º 6220/2025, de 3 de junho.
Remuneração: 3.567,72 EUR
Suplemento Mensal: 356,77 EUR de despesas de representação e 356,77 EUR de suplemento.
Conteúdo Funcional: As funções inerentes ao cargo são as previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Despacho n.º 6220/2025, de 3 de junho.
Habilitação Literária: Licenciatura
Descrição da Habilitação: Licenciatura em Economia, Finanças, Gestão de Empresas, Contabilidade.
Perfil: Sólida e comprovada experiência, igual ou superior a 4 anos, nas áreas de preparação do Orçamento do Estado, monitorização e controlo da sua execução, com foco nos instrumentos de gestão orçamental, de normalização da contabilidade orçamental e de harmonização de procedimentos orçamentais, designadamente nas que decorrem das competências atribuídas à Unidade de Normalização Orçamental e Controlo, do Departamento de Análise e Prestação de Contas da Entidade Orçamental, previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Despacho n.º 6220/2025, de 3 de junho
Capacidade de coordenação, chefia ou direção, em particular aos níveis de: planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; análise, sentido crítico e espírito

de iniciativa; orientação para resultados; responsabilidade e compromisso com o serviço. Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Entidade Orçamental ao nível da prestação de serviços transversais a outras entidades da área governativa do Ministério das Finanças.

Métodos de Seleção a Utilizar: Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Composição do Júri:

Presidente: Dr. Filipe Jorge Soares Lopes Alves, Subdiretor-Geral da Entidade Orçamental;

1.ª Vogal Efetiva: Professora Doutora Marina Alexandra Nunes Godinho, do ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;

2.ª Vogal Efetiva: Dra. Bárbara Teixeira Alves, da Divisão de Gestão Financeira da Direção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Local de Trabalho

Local Trabalho: Entidade Orçamental

Nº Postos: 1

Morada: Rua da Alfândega, n.º 5 - 2.º andar

Localidade: Lisboa

Código Postal: 1149-004 Lisboa

Distrito: Lisboa

Concelho: Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Órgão de Comunicação Social: Despacho n.º 2028/2026 de 18/02/2026 publicado no D.R nº 34, 2ª Série. Publicado no Jornal "PÚBLICO".

Apresentação de Candidaturas

Local: Entidade Orçamental

Envio de Candidaturas para: recrutamento@eo.gov.pt

As candidaturas devem ser enviadas por correio eletrónico para recrutamento@eo.gov.pt ou enviadas através de correio registado com aviso de receção, para Entidade Orçamental, Rua da Alfândega, nº 5 – 2º - 1149-004 Lisboa.

1. A candidatura deve ser formalizada em requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Entidade Orçamental, em envelope com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetida pelo correio registado, para a Entidade Orçamental, Rua da Alfândega n.º 5 - 2.º andar, 1149-004 Lisboa, ou por correio eletrónico, para o endereço eletrónico recrutamento@eo.gov.pt, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na bolsa de emprego público, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Indicação da referência/código do concurso a que se candidata;
- b) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou nº de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
- c) Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
- d) Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.
- f) Experiência profissional (cuja descrição poderá ser remetida para o Curriculum Vitae);
- g) Declarar o seu consentimento prévio para o envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente procedimento concursal para o endereço eletrónico que ali indicar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo;

h) Declarar o consentimento expresso do tratamento dos seus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, nos seguintes termos: "Eu, (nome completo), declaro para os efeitos previstos no artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril, prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, com a estrita finalidade de recolha e integração na base de dados deste procedimento e durante o período de tempo em que durar o mesmo.

2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
- b) Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
- c) Cópias legíveis dos comprovativos das ações de formação frequentadas, relevantes para o desempenho de funções no posto de trabalho a ocupar, obtidas desde 2021, com indicação da entidade que as promoveu, período em que decorreram e respetiva duração.
- d) Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções pública.

Não serão aceites candidaturas expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

Contacto: 218846300

Observações Gerais: Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar à audiência de interessados, em conformidade com o n.º 13º do art.º 21.º da Lei 2/2004, de 15/01, na sua redação atual.
